

# A institucionalização do planejamento no estado do Paraná e os desdobramentos no território

Lucas Ricardo Cestaro\*

**Resumo** No âmbito das ações de planejamento urbano e regional, observa-se, no Paraná, a criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, em 1973, órgão voltado a consolidar um sistema estadual de planejamento. Observando-se a institucionalização do planejamento no Paraná, verificam-se iniciativas voltadas à organização da máquina administrativa e os desdobramentos ocorridos sobre o território, no intuito de forjar a modernização do estado e organizar a rede de municípios em formação, ocorridas desde a década de 1940, e intensificado a partir do Plano de Desenvolvimento do Paraná (1963). Utiliza-se a historiografia e a análise documental como ferramentas metodológicas, para verificar o processo de institucionalização, dentre a organização e modernização do Estado, em período anterior a criação do IPARDES, observando-se que as iniciativas desbravadas desde os anos 1940 contribuíram para forjar o planejamento territorial no estado do Paraná, que se desdobrou, em 1973, com a criação do Instituto.

*Palavras-chave:* dinâmicas territoriais, gestão do território, planejamento territorial, rede urbana, programas públicos.

## La institucionalización de la planificación en el estado de Paraná y sus efectos en el territorio

**Resumen** En el contexto de la planificación urbana y regional, en Paraná se creó, en 1973, el Instituto Paranaense de Desarrollo Económico y Social, organismo destinado a consolidar un sistema público de planificación. Las iniciativas destinadas a organizar la maquinaria administrativa y las consecuencias para el territorio, con el objetivo de forjar la modernización del Estado y organizar la red de municipios en formación, se vienen produciendo desde la década de 1940, y se intensificaron a partir del Plan de Desarrollo de Paraná (1963). La historiografía y el análisis documental se utilizan como herramientas metodológicas para verificar el proceso de institucionalización, entre la organización y la modernización del estado, en un período anterior a la creación del IPARDES, observando que las iniciativas emprendidas desde la década de 1940 contribuyeron a forjar la planificación territorial en el estado de Paraná, que se desplegó en 1973 con la creación del Instituto.

*Palabras clave:* dinámica territorial, gestión territorial, planificación territorial, red urbana, programas públicos.

## The institutionalization of planning in the Paraná and the consequences for the territory

**Abstract** In the context of urban and regional planning, Paraná created of the Paraná Institute for Economic and Social Development in 1973, a body aimed at consolidating a state planning system. Initiatives aimed at organizing the administrative machinery and the arrange for the territory, with the aim of forging the modernization of the state and organizing the network of municipalities in formation, have been taking place since the 1940s, and intensified since the Paraná Development Plan (1963). Historiography and documentary analysis are used as methodological tools to verify the process of institutionalization, among the organization and modernization of the state, in a period prior to the creation of IPARDES, observing that the initiatives undertaken since the 1940s contributed to forging territorial planning in the state of Paraná, which unfolded in 1973 with the creation of the Institute.

*Keywords:* territorial dynamics, territorial management, territorial planning, urban network, public programs.

O objetivo deste artigo é analisar o processo de institucionalização do planejamento territorial no estado do Paraná. O texto foi preparado originalmente para discussão no colóquio “o planejamento territorial no Brasil na década de 1970”, ocorrido em março de 2023. A partir de estudos sobre a institucionalização do planejamento territorial no Paraná, e resgatando eventuais filiações em momento de gênese do planejamento no estado, observa-se que o processo foi iniciado como desdobramento da estruturação da máquina pública federal, durante o Estado Novo, e os investimentos para construção de infraestruturas e o desenvolvimento industrial, que no Paraná contribuiu para a consolidação de uma rede urbana.

Para elucidar o processo de planejamento no Paraná e entender as ressonâncias que culminam, na década de 1970, com a criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), analisam-se as iniciativas voltadas a organização da máquina administrativa do governo estadual, iniciadas pós-segunda guerra. Debruça-se assim sobre os planos de obras e os investimentos realizados pelo governo estadual paranaense, consolidados a partir da década de 1950, que alcançaram importância durante os anos de 1960 e forjaram a institucionalização do planejamento estadual.

A partir da análise sobre as ações que foram incipientes na criação de um sistema paranaense de planejamento, e que culminaram com a consolidação de uma estrutura administrativa dentro da máquina pública estadual, busca-se verificar o entrelaçamento destas ações – realizadas no Paraná – situando-as frente a conjuntura política nacional – pautada pelo nacional desenvolvimentismo. Para tanto, utiliza-se a historiografia e a análise documental como ferramentas metodológicas, a fim de se reconstituir os fatos, analisando através da história das instituições e do próprio desenvolvimento econômico e territorial do Paraná. Assim, foram pesquisados junto ao Arquivo Público do Paraná, documentos referentes a elaboração das leis orçamentárias nas décadas de 1950 e 1960, os relatórios das gestões, a estrutura administrativa dos governos, bem como documentos referentes aos planos e projetos elaborados no período recortado. Além do Arquivo do Paraná, o arquivo da Assembleia Legislativa e o *site* do IPARDES e o acervo do Paraná Cidades também foram utilizados para complementação de dados da pesquisa.

Desta forma, inicialmente o artigo retroage aos anos 1940 para expor a expansão da rede de municípios no Paraná, bem como situar este movimento frente ao contexto político nacional, no que se voltava a tentativa de compreensão do território e organização da máquina pública para viabilizar o planejamento como política de Estado. Este primeiro tópico também apresenta revisão bibliográfica acerca de demais autores que estudaram o período e a formação de um sistema paranaense de planejamento. Em um segundo momento, o artigo apresenta as ações empreendidas no âmbito do planejamento que se desdobraram sobre o território paranaense, discutindo as iniciativas ocorridas durante as gestões governamentais nas décadas de 1950 e 1960, que contribuíram para a consolidação de uma rede urbana, bem como da modernização econômica do

\* Lucas Ricardo Cestaro é Arquiteto e Urbanista, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-1267-5019>>.

estado. Ao final, o artigo discute as relações que estas ações tiveram na consolidação de um sistema paranaense de planejamento, e contribuíram para a consolidação destas práticas que resultaram nos anos 1970, com a criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), órgão ainda atuante e vigente na estrutura administrativa do Paraná.

O trabalho contribui para elucidar o processo de institucionalização do planejamento territorial no estado do Paraná, inserindo tais iniciativas junto ao quadro de institucionalização do planejamento urbano e regional no Brasil dos anos 1960 e 1970, verificando a articulação entre as ações dos programas nacionais para o desenvolvimento econômico e sua interface urbano-regional com as políticas de desenvolvimento difundidas no período, desdobrando-se em planos, projetos e ações nos municípios brasileiros e na organização da máquina pública, em torno das ações planejadoras. Além disso, amplia o quadro de pesquisas acerca do tema do planejamento no Paraná, e expande os estudos para além dos campos disciplinares da economia, administração e teoria geral do Estado, analisando-se como as ações de planejamento empreendidas pelo governo estadual, impactaram sobre o território paranaense, sobretudo na consolidação da rede urbana e na implantação de serviços públicos nos municípios.

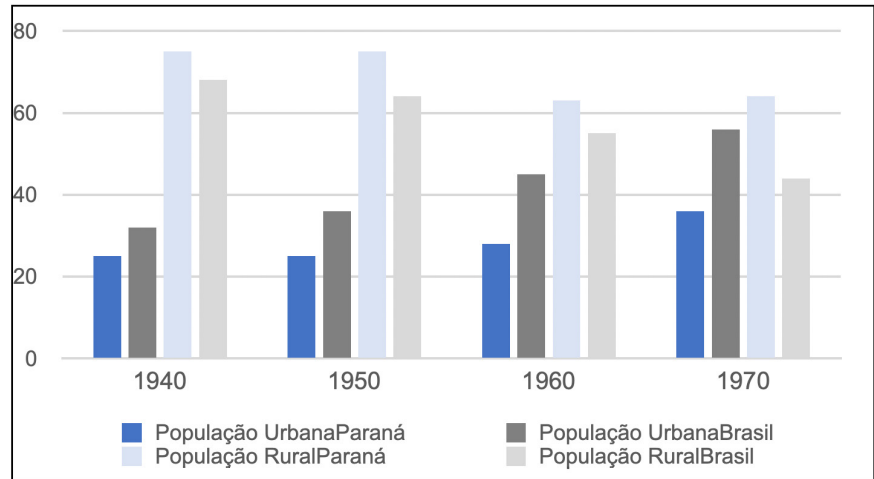
### **As primeiras iniciativas do governo estadual sobre o território frente as preocupações com o desenvolvimento econômico do Paraná**

As preocupações com a questão do planejamento no Paraná podem ser lidas a partir do ideário do nacional desenvolvimentismo, difundido no Brasil no contexto de alteração do padrão econômico primário-exportador e tentativa de formação de um mercado interno mais robusto, que contribuiu para o adensamento populacional urbano e aumentou consideravelmente as demandas sociais. Diante das necessidades do capitalismo incipiente no Brasil e das pressões políticas, o governo federal foi levado ao aparelhamento burocrático estatal e a institucionalização de instrumentos e órgãos voltados ao planejamento econômico e governamental, inserindo o país na tentativa de modernização do Estado, intensificada durante a era Vargas.

Para tanto, “o Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscando criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária” e que “deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade” (Fausto, 2004, p. 378). Assim, fundou em 1938 o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio Exterior, em 1931; e de legislações como os Códigos de Minas, de Águas, e o Plano Geral de Viação Nacional, em 1934.

Frente a agenda econômica vinculada ao ideário do nacional desenvolvimentismo –que visava a industrialização do país – e das tentativas de modernização do Estado – empreendidas na era Vargas –, observa-se que o Paraná se expandia economicamente ainda através de uma economia agrária, sediada na área rural e baseada na expansão cafeeira. Sendo que o café, nos anos 1950, tornou-se o principal produto de exportação do estado. Desta forma, conforme a tabela a seguir, observa-se que, em meados do

Período	Número de municípios	População Urbana	População Rural	População Total
1940	49	302.900	932.949	1.235.849
1950	80	528.288	1.587.259	2.115.547
1960	162	1.305.927	2.962.312	4.668.239



**Tabela 1:** Expansão do número de municípios e crescimento populacional do Paraná. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados Censitários do IBGE.

**Gráfico 1:** Comparativo da população paranaense com o Brasil (relação da pop. urbana X rural). Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados Censitários do IBGE.

século XX, a significativa expansão da rede urbana paranaense esteve inicialmente atrelada a expansão da economia rural e não ao desenvolvimento industrial, como era pretendido pelo governo federal, frente ao incentivo a industrialização e a consolidação de uma economia urbana. O gráfico 1 apresenta este comparativo entre o crescimento da população urbana e a diminuição da população rural no país, e o ritmo mais lento sobre tal fenômeno no Paraná.

Este crescimento no número de municípios no período analisado leva Padis (1981, 186) a afirmar que “no Paraná o setor primário foi fortemente urbanizador.” Porém, o autor aponta não ter havido um processo de urbanização propriamente, uma vez que os municípios criados se encontravam distantes de núcleos urbanos desenvolvidos e localizavam-se em vastas áreas, além de carecerem de atividades do setor terciário.

Para além do Paraná, ao se analisar o crescimento populacional nas áreas urbanas e as políticas públicas voltadas ao meio urbano da época, e como a questão era tratada dentro do desenho institucional do Estado brasileiro, Quinto Junior (2008, p. 51) constata “a total desarticulação entre o governo federal e as administrações municipais.” Esta desarticulação entre a União e as prefeituras, somada à política do governo federal de incentivo aos métodos do planejamento, abre espaço para os governos estaduais lançarem-se em tentativas de implantação de um sistema estadual de planejamento.

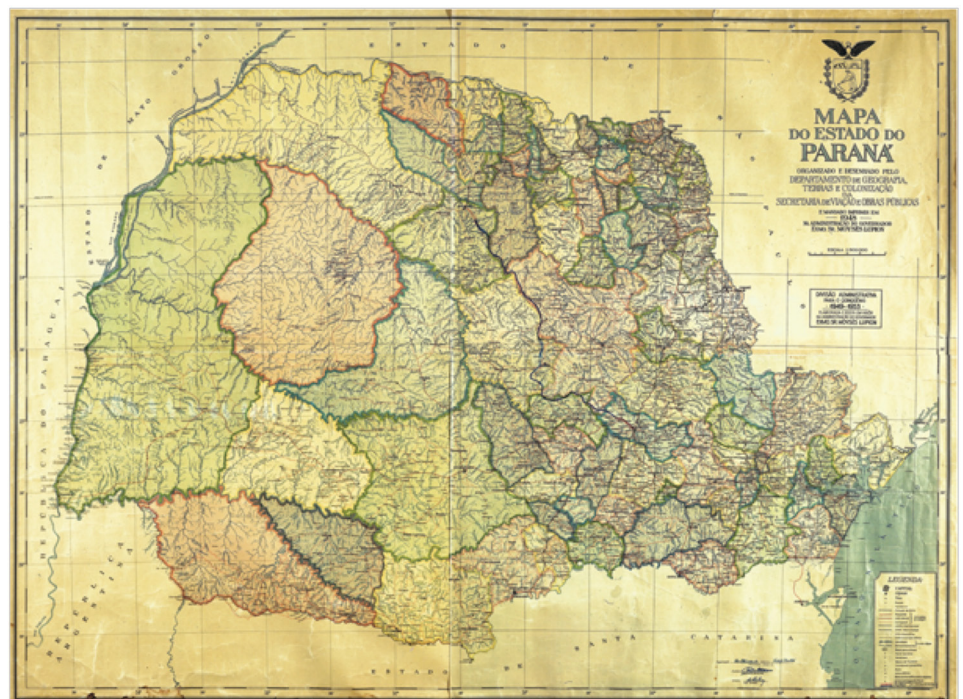
Assim, no contexto pós-guerra, no final dos anos 1940, o estado do Paraná, introduziu iniciativas que vislumbraram a formação de um sistema paranaense de planejamento, que tentava combinar a gestão orçamentária do governo estadual, a modernização da

máquina administrativa e a organização de uma agenda de obras públicas no estado. Salienta-se também a primeira iniciativa de se pensar a organização regional do Paraná (vide figura 1), em 1948, criando-se zonas administrativas a partir de núcleos regionais, em 1953. No âmbito da organização da máquina pública estadual, destaca-se a criação do Departamento de Administração do Oeste do Paraná (Lei 4/1947), o Departamento de Águas e Energia Elétrica (Lei 113/1948), o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (Lei 43/1948) e a Lei Orgânica dos Municípios (Lei 64/1948). Importante também expor a criação em 1954 da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Embora forjadas na virada da década de 1940 para os anos 1950, o planejamento territorial, no período, resultava em investimentos em obras públicas voltadas a conectar as diferentes regiões do estado – daí a importância do Plano Rodoviário de 1951 –, e benfeitorias em alguns municípios, não configurando ainda um sistema de planejamento. Já as iniciativas que apoiaram a formação de uma sistemática de planejamento no estado foram forjadas no âmbito da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, conhecida como PLADEP, (também chamada de Conselho Consultivo de Planejamento Econômico do Paraná, criado pela Lei 2.431 de 3 de setembro de 1955).

O início do sistema paranaense de planejamento é estudado por Augusto (1978), Doustdar (2010), Izepão (2013) e Marcelino (2015), em análises vinculadas à área da economia, administração e teoria geral do Estado. Os autores apontam que o auge e consolidação deste projeto foi alcançado na década de 1960, a partir da aprovação do Plano de Desenvolvimento do Paraná (1963), na gestão de Ney Braga (1961-1965). Por sua vez, o Plano de Desenvolvimento do Paraná, e a atuação estatal, frente as preocupações com o planejamento territorial e, conseqüentemente, as propostas de

**Figura 1:** Divisão Administrativa do Paraná elaborado no governo de Moisés Lupion em 1948. Fonte: Instituto Água e Terra, consultado em: <<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>>.



organização territorial e redistribuição física do estado, são estudados por Mansur (2008), Gomes (2010), Beloto (2015), Cordovil (2017), Cordovil e Cestaro (2020) e Cestaro (2022).

Para além das ações empreendidas dentro da máquina do governo paranaense, como o PLADEP, o Plano de Desenvolvimento do Paraná (1963) e a Regionalização Administrativa (Lei 6.636/1974), outras iniciativas e atores se destacam em atuação no Paraná, como a adesão do Estado a Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguaí – CIBPU (criada pela Lei Federal 2.018 de 23 de dezembro de 1952), os estudos preliminares sobre a população rural realizados pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), em 1953 (conforme Relatório do Economia e Humanismo referente aos trabalhos realizados nos anos de 1953 e 1954), o estudo dos “Problemas de Desenvolvimento, necessidades e possibilidades dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina” (1958), também realizado pela SAGMACS e os trabalhos do IBGE para definição territorial da divisão regional, concluída no início dos anos 1970.

Embora a bibliografia aponte para a importância que o Plano de Desenvolvimento do Paraná teve na consolidação de um sistema paranaense de planejamento, e que somente a partir deste tenha sido perceptível o entrelaçamento entre as ações de gestão governamental, voltadas ao desenvolvimento econômico junto aos aspectos territoriais, é possível verificar movimentos precursores, iniciados durante a década de 1950, que contribuíram para o aprimoramento do planejamento no Paraná.

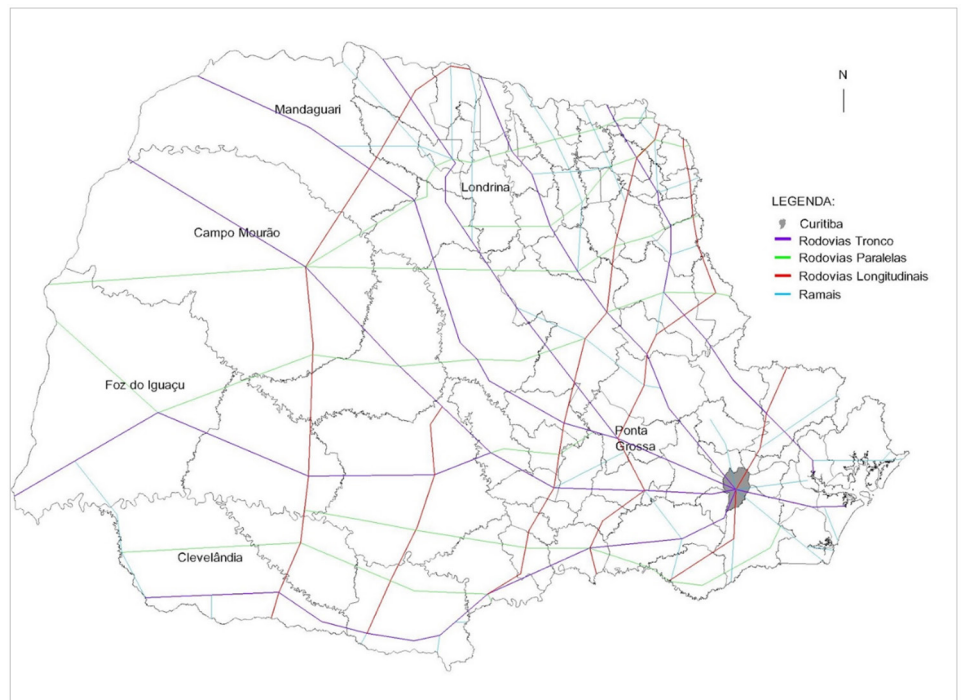
No cenário político, a década de 1950 no Paraná é marcada pelos embates protagonizados pelos governos de Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961)<sup>1</sup> e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955)<sup>2</sup>. O discurso que garantiu a primeira vitória de Lupion, em 1947, apontava a necessidade de modernizar o Estado e embutia planejamento como sinônimo de desenvolvimento econômico e eficiência administrativa – fato que demonstra que as ideias acerca do planejamento à época, estavam ligadas ao campo disciplinar da economia e do planejamento governamental. Desta forma, ainda que o resultado das ações deste planejamento ocorresse no território, estas ações eram vistas, no período, como implementação de obras. Este discurso refletia a formação de contabilista e a noção sobre administração de empresas, economia e política, obtida pelo governador na Escola Álvares Penteado, em São Paulo. Apesar do forte protagonismo político de Lupion e Bento Munhoz, é importante lembrar que o PLADEP foi criado durante a gestão de Adolpho de Oliveira Franco (01/05/1955 a 31/01/1956), governador eleito indiretamente para concluir o mandato de Bento Munhoz.

## O planejamento territorial na estrutura administrativa do Paraná

Lembrando que este artigo visa elucidar o processo de institucionalização do planejamento no Paraná e entender as ressonâncias que culminam, na década de 1970, com a consolidação de um sistema de planejamento no estado, a partir da criação do IPARDES, apresenta-se neste item, as ações que visaram garantir espaço para o planejamento territorial junto a estrutura administrativa da máquina pública estadual. Assim, observa-se a tentativa de Lupion de garantir apoio na estruturação de uma rede urbana no Paraná, e formas de consolidar programas de urbanização

<sup>1</sup> Moisés Lupion de Troya foi eleito governador em 19 de janeiro de 1947 com 66% dos votos, derrotando Bento Munhoz da Rocha Neto. O empresário Lupion foi eleito a partir da aliança de cinco partidos (PSD, PTB, PRB, UDN e PCB), que reuniu tanto apoiadores quanto opositores de Vargas. As diretrizes de seu primeiro mandato se baseavam na necessidade de expansão do território, incentivando a criação e estruturação de novas cidades.

<sup>2</sup> O engenheiro e professor Bento Munhoz da Rocha Neto, que havia disputado o governo em 1947, pelo PR, representando os setores mais tradicionais e conservadores do Paraná, alcança a vitória em 1951, com o apoio do PR, UDN, PTB, PSP e PRP, em oposição ao candidato indicado por Lupion.



**Figura 2:** Reprodução das rodovias previstas no Plano Rodoviário de 1951. Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir do Plano Rodoviário (1951), consultado em Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

das cidades paranaenses. Estas iniciativas podem ser observadas tanto através da implementação de obras – dadas através da Secretaria de Viação e Obras Públicas –, quanto na implantação do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios (DATM), órgão vinculado à Secretaria do Palácio do Governo.

É neste período de governo que o Plano Rodoviário é elaborado e apresentado em 1951 (conforme figura 2). Neste plano buscava-se a integração do estado, prevendo em suas diretrizes (1951, p. 24) a implantação de linhas de comunicação que: a) facilitassem o escoamento da produção pelos portos de Paranaguá e Antonina; b) permitissem o melhor intercâmbio entre São Paulo e Paraná; c) estabelecessem a ligação do norte com o sul do país através do Paraná; d) auxiliassem a penetração no sertão.

Já o DATM, conforme Relatório de Prestação de Contas da primeira gestão de Lupion, objetivava “a elevação do nível econômico das comunas paranaenses” (1951, p. 359). Segundo o relatório, “por intermédio dessa dependência estadual vem o governo colaborando eficientemente na obra relevante e meritória de consolidação da situação econômico-social de grande número de municípios do Paraná”. Assim, o planejamento pode ser considerado como “o processo que ocorre dentro do setor público com a finalidade de otimizar recursos aplicados nas suas ações que, no âmbito territorial, objetiva proporcionar desenvolvimento equilibrado” (Tavares, 2018, p. 24).

Entre os anos de 1948 e 1951, o departamento investiu pouco mais de Cr\$ 4 milhões em assistência técnica a 23 municípios do estado. Além destes investimentos, outras obras e serviços são destacados no relatório do governo. No montante considerado entre

os investimentos, estão inclusos também o valor de Cr\$ 846.770,00 na concessão de financiamento aos municípios de Antonina, Assaí e Guaraqueçaba, que equivale a 20% do total dos investimentos do DATM. No âmbito da prestação de assistência técnica contábil, destaca-se o apoio a sete municípios, além da realização de levantamentos de planta cadastral para as cidades de Rio Branco do Sul e São Mateus do Sul. Destacam-se também os estudos e desenvolvimento de projeto para abastecimento de água nos municípios de Carlópolis, Congonhas, Guaraqueçaba, Guaratuba e Rio Branco do Sul; e para iluminação pública de Bandeirantes e Guaratuba. Estas iniciativas podem ser vistas como embrião das ações de planejamento no estado.

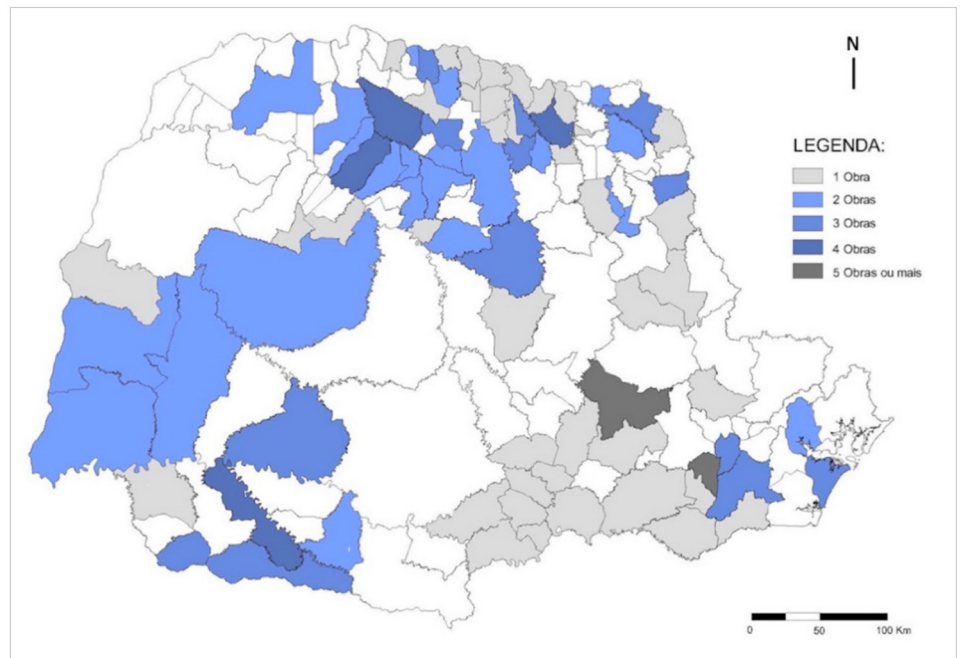
A prestação destes serviços pelo DATM, ainda que em pequena escala, demonstra o interesse do governo estadual em fomentar o planejamento governamental no Paraná, porém, ao se verificar o quadro de servidores vinculados ao departamento, não se constata condição para empreender todos esses feitos. No período analisado, observa-se que somente no ano de 1952, o departamento passou a contar em sua estrutura funcional com quatro assistentes técnicos e dois auxiliares administrativos, ao passo que o Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas tinha um corpo funcional muito mais robusto, desde sua criação em 1943. A título de comparação orçamentária, no mesmo exercício, o DATM ficou com a destinação de Cr\$ 2.929.600,00, enquanto a Secretaria de Viação e Obras Públicas recebeu Cr\$ 602.203.680,00.

Ao assumir o governo do Paraná em 1951, Bento Munhoz da Rocha Neto, embora eleito pela oposição a Lupion, tratou com máxima importância os projetos de ligação previstos no Plano Rodoviário herdado do antecessor, iniciando a pavimentação de algumas rodovias estratégicas que modelaram a malha viária do Estado. Conforme os relatórios da gestão 1951-1955, além das rodovias e alinhando-se as preocupações com o desenvolvimento industrial – que permeavam o período no país – cuidou das obras de energia elétrica, como o planejamento da Usina Capivari-Cachoeira e a Usina Termo Elétrica de Figueira, reaparelhando também pequenas unidades existentes, para minimizar a dificuldade do setor de abastecimento energético.

Aproveitando a comemoração do Centenário da emancipação política do Paraná, em 1953, foi responsável pela construção do Centro Cívico na capital, concluindo assim uma das obras previstas no Plano de Urbanização de Curitiba (1943), por Alfred Agache<sup>3</sup>. Buscando se contrapor ao antecessor na implantação de obras em todo o estado, construiu unidades escolares, centros de saúde, casas rurais, postos de puericultura e outros melhoramentos básicos em 39 municípios do estado (conforme figura 3). Criou o Fundo de Equipamento Agropecuário, o serviço especial de Zootecnia, estimulou o reflorestamento e o cooperativismo. Disciplinou o processo de concessão de terras devolutas do Estado, que tanto desgaste impôs ao governo anterior, sob novos critérios, mediante rigorosa ordem cronológica, tombamento e exames dos requerimentos e verificação das posses.

Embora tenha empreendido significativo número de obras, modernizado a imagem da capital do estado e consolidado sua importância política frente às demais regiões do Paraná, as ações planejadoras não se mostram como resultantes da coordenação de seu governo. O DATM perdeu importância política e as obras de melhoramento e infraestrutura no estado passam a ser empreendidas pelo Departamento de Edificações da Secretaria de Viação e Obras Públicas, também responsável pela coordenação das obras do Centenário.

<sup>3</sup>O Plano de Agache foi contratado pelo prefeito Rozaldo de Melo Leitão, em 1941, e defendia a expansão da malha urbana de Curitiba por meio da implantação de um modelo radio concêntrico instituído por meio de centros, a partir da antiga área central (que concentraria o centro comercial). Conforme Cestaro (2022, p. 13), em 1951, o governador incumbiu o arquiteto David Azambuja, como responsável pelo plano geral do centro cívico. O arquiteto também foi responsável pelo projeto do Palácio Iguazu (sede do governo estadual).



**Figura 3:** Mapa do Paraná com a delimitação dos municípios em 1955 e as obras implantadas na gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto. Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir da publicação do 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953) e do relatório de gestão da Secretaria de Viação e Obras Públicas (1955).

Ao se analisar os orçamentos do período de governo de Bento Munhoz, é perceptível o peso dado aos deputados da base de apoio na Assembleia Legislativa, na concessão de verbas para a construção de equipamentos públicos em vários municípios do estado. Trata-se de recursos aprovados por meio de emendas parlamentares, para a construção de escolas, postos de saúde, delegacias e cadeias, pistas de aviação, entre edifícios para armazém, sedes de Fórum e Paço Municipal. Fato que expõe o caráter de afinidades políticas na decisão pelo atendimento de demandas sociais e implementação de obras nos diferentes municípios do estado, sendo possível observar maior concentração de investimentos (conforme exposto na figura anterior) em torno da capital (Curitiba e Ponta Grossa), da região norte (em Londrina, Maringá e Apucarana) e oeste, onde se situava o antigo Território do Iguçu.

No âmbito do macroplanejamento, o período é permeado pela criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai (CIBPU), encabeçada pelo governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. A CIBPU foi criada em 1951, como resultado de um convênio de cooperação entre sete estados: São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. A comissão foi oficializada pelo governo federal por meio da Lei nº 2.018, de 23 de dezembro de 1952, que pretendia dar à comissão *status* de autarquia federal, porém, sem ter alcançado o consenso entre Vargas e os governadores, restringiu-se a ação dos governadores do sul e sudeste. O então governador Bento Munhoz da Rocha Neto participou das reuniões realizadas pela CIBPU e sediou a terceira delas, ocorrida em Curitiba em 20 de dezembro de 1953.

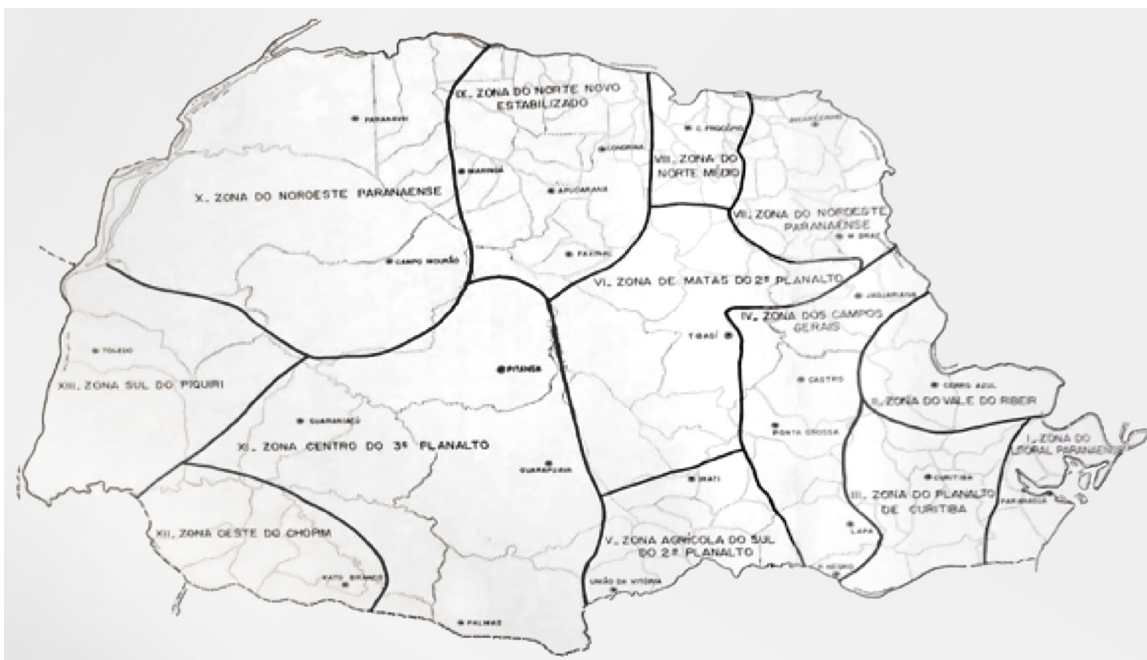
A CIBPU abriu espaço para a realização de trabalhos de consultorias, observando-se principalmente a interação com a SAGMACS, organismo ligado ao movimento

francês de Economia e Humanismo, que no Brasil havia contado no momento de sua fundação, em 1947, com a participação de Garcez entre seus quadros. No Paraná a SAGMACS inicia em 1952, durante o governo de Bento Munhoz, o estudo dos níveis de vida e trabalhos preparatórios para o planejamento do território dos Estados de São Paulo e do Paraná, que apresenta, conforme a figura 4, proposta de divisão do território estadual a partir da identificação de zonas “mais ou menos homogêneas” (sic) e, em 1953 o estudo, contratado pela Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR), com o título de “Estudo sobre a população rural”.

O estudo da SAGMACS sobre “Problemas de desenvolvimento. Necessidades e possibilidades dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” (1958), é apresentado num âmbito panorâmico por Cestaro e Cordovil (2020, p. 5). Os autores destacam que a atuação no estado do Paraná não era propriamente o objeto de intervenção da SAGMACS, que atuava como contratada pela CIBPU. Mesmo assim, observa-se, através da atuação da CIBPU, a interação do Paraná com demais estados e com a agenda de desenvolvimento e enfrentamento dos problemas sociais, ambientais e econômicos do país.

**Figura 4:** Divisão do território estadual em zonas mais ou menos homogêneas (1952) desenvolvido pela SAGMACS (1952) como trabalho preparatório para o planejamento do território dos estados de São Paulo e do Paraná. Fonte: Carta A14 do relatório sobre as atividades do Centro de Economia e Humanismo nos anos de 1953-1954, consultada em Arquivo Nacional da França (Pasta An45 AS182).

Em 1955, após a renúncia de Bento Munhoz, o advogado Adolpho Oliveira Franco – eleito indiretamente governador pela Assembleia Legislativa – procurou aplicar a experiência adquirida no governo da União para fortalecer a economia estadual. Visando articular um sistema de planejamento estadual, criou o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico do Paraná (PLADEP), organismo que pode ser lido como embrião do processo de planejamento do Paraná, tendo inclusive despertado a consciência dos governantes para a necessidade de planejamento com vistas à atração de investimentos externos para o Estado. *Já para Gardenal a criação do órgão é vista como ressonância do “fortalecimento da ideia de desenvolvimento econômico norteado pelas propostas desenvolvimentistas da CEPAL, já transposta ao estado”* (2018, p. 72). O autor afirma



que, a partir do PLADEP “se realizam no governo os primeiros diagnósticos dos entraves para a industrialização e a busca de instrumentos para promovê-la através da substituição das importações” (Gardenal, 2018, p. 72).

O PLADEP foi responsável por organizar vários estudos tendo como objetivo principal o desenvolvimento econômico e a modernização do Paraná. Entre os trabalhos realizados destacam-se estudos sobre a erva-mate (relatório apresentado em dezembro de 1956), estudo sobre as finanças públicas do Estado (março de 1958), estudo de transporte: sobre o projeto econômico da estrada de ferro Central do Paraná (setembro de 1958), o Plano de Eletrificação do Paraná (dezembro de 1958) e o estudo sobre a administração pública: sobre estrutura da Secretaria de Educação e Cultura (fevereiro de 1959).

A estrutura do PLADEP foi herdada pelo governador eleito em 1955, Moisés Lupion, que assumiu um novo mandato em 31 de janeiro de 1956, dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo Conselho Consultivo do Planejamento Econômico do Paraná. Além dos estudos realizados, o PLADEP ganhou importância na elaboração do orçamento estadual e na indicação das diretrizes governamentais para a implementação de infraestrutura e serviços públicos no Paraná.

A partir do levantamento realizado durante a campanha eleitoral de 1955<sup>4</sup> e utilizando a estrutura do PLADEP, Lupion apresenta ao estado um Plano de Obras, voltado a garantir a presença do governo estadual em todo o território paranaense. Trata-se de obras de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, casas para zelador de escola, postos policiais, casas de assistência aos produtores rurais (casa rural), ampliação de hospitais, construção de Fóruns, armazéns, campos de aviação, entre outras benfeitorias. Criando um sistema de planejamento no estado, o plano de obras é avaliado pelo PLADEP em 1957, a fim de se apurar seu cumprimento, revisar as metas e ajustar os orçamentos. Conforme o levantamento consultado, em 1957 – ainda na metade do mandato –, havia em curso no Paraná cerca de 800 obras.

Conforme já exposto, embora as ações empreendidas na década de 1950, no Paraná, tenham sido importantes para abrir espaço para o planejamento territorial junto a estrutura administrativa do governo estadual, as iniciativas de Lupion e Bento Munhoz – no que tange ao planejamento territorial – se vinculavam mais fortemente a ideia de implementação de obras. Estavam, assim, mais próximas ao ideário do planejamento governamental. Ainda assim, as iniciativas empreendidas ao longo dos anos 1950, contribuíram para estruturação da rede urbana paranaense e para o desenvolvimento de cidades, para além da capital do estado, fortalecendo a ideia de poli nucleação do território, a partir da definição de polos de desenvolvimento – ideia que se consolida na década de 1960, a partir do governo de Ney Braga (1961-1965) e a apresentação do Plano de Desenvolvimento do Paraná (1963).

### **O Plano de Desenvolvimento do Paraná e a consolidação do sistema de planejamento**

A partir da análise sobre os feitos – no âmbito da institucionalização do planejamento territorial – pelos governadores paranaenses nos anos 1950, o “Plano de Desenvolvimento do Paraná” (1963), pode ser lido como ressonância deste período, que, somado ao ideário do planejamento urbano e regional, abriu espaço para a consolidação de um

<sup>4</sup>O levantamento das demandas nos municípios paranaenses, realizado durante a campanha de Lupion para o governo do estado em 1955, foi consultado no Arquivo Público do Paraná. O levantamento (em arquivo físico) consta no Fundo BR APPR PI 026, Pasta 2, Caixa 37. Os documentos foram digitalizados para pesquisa do autor, que analisou tais demandas.

sistema de planejamento territorial no estado. Segundo Doutsdar (2010, p. 80), o desenvolvimento e o planejamento territorial – à época tratado como planejamento regional – a partir do Estado constituíam-se na pauta do governo de Ney Braga, eleito em 1961, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), em oposição a Lupion.

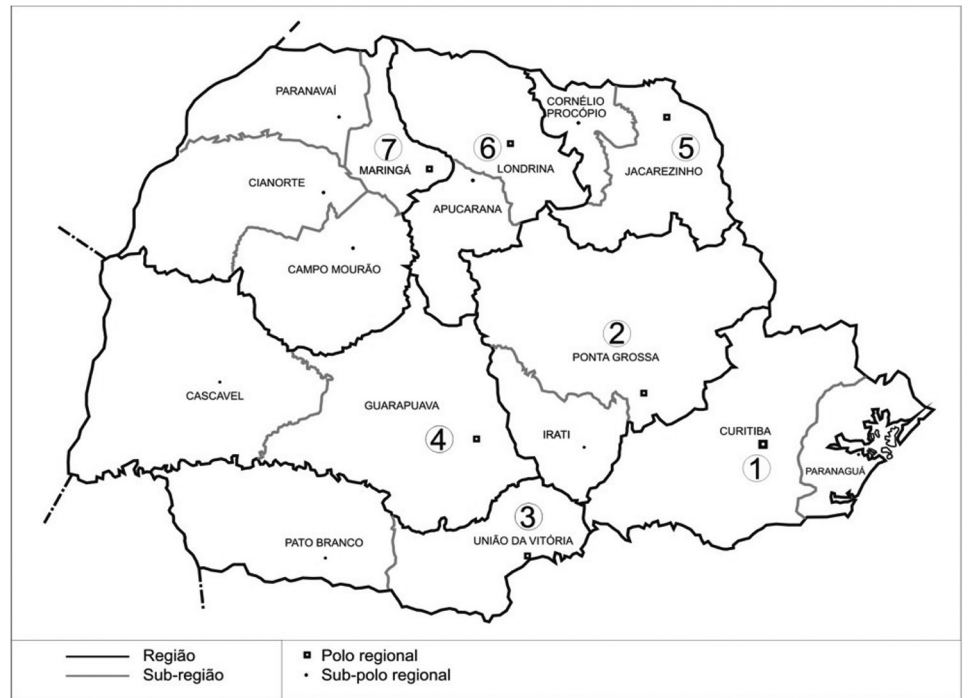
Situando as preocupações de Braga frente ao contexto nacional, a autora destaca que as ações empreendidas durante seu governo se vinculam a “um movimento comum a vários estados voltado a reduzir as grandes disparidades regionais aprofundadas após a administração de Juscelino Kubitschek (1955-1960), bem como que as ações de seu governo se pautaram pelo desenvolvimentismo.” (Doustdar, 2010, p. 80). Apesar das ações de gestões anteriores, até o início dos anos 1960, o Paraná encontrava-se dividido entre o norte cafeeiro e o restante do estado, com frágeis relações econômicas entre os dois. Cordovil (2017) aponta que diante do reconhecimento da desintegração do território, a reorganização física do estado foi um dos principais temas do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, que deveria também respeitar as necessidades e as possibilidades de desenvolvimento de cada região e fortalecer a capital, Curitiba.

O plano foi formulado num contexto político no qual o planejamento era tido como responsabilidade do Estado, em um momento de fortes reivindicações populares, e em que o economista Celso Furtado – então ministro do Planejamento – introduzia no Plano Trienal do governo João Goulart (1961-1964), os temas da reforma agrária e da reforma urbana.

O “Plano de Desenvolvimento do Paraná” resultou na proposta de diretrizes para o desenvolvimento do Paraná e representou a organização das metas e das ações do governo Ney Braga (1961-1965) no intuito de reestruturar e modernizar a máquina administrativa, além de integrar territorialmente o estado. Para tanto, o governo estadual, por meio da CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná, criada como sociedade de economia mista pela Lei 4529 de 12 de janeiro de 1962), contratou a SAGMACS, delegando a responsabilidade de pesquisa e elaboração do plano a esta instituição. Dentro do contrato para a realização do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, a SAGMACS também atuou nos estudos sobre a Saúde Pública, o Serviço de Água e Esgoto do Paraná, as Comunidades Territoriais, que tratava do problema da terra no estado, e apresentou ainda um estudo para a reorganização do Serviço Público do Estado.

Segundo Feldman (2009) a atuação da SAGMACS deu-se num contexto de inserção da dimensão regional no planejamento, deslocando-se da visão municipal e introduzindo questões como a demarcação de áreas de planejamento para além dos limites políticos-administrativos, considerando as potencialidades regionais, econômicas e geográficas e, ainda, os avanços na técnica do planejamento. Desta forma, o planejamento ampliava a sua escala, atingindo uma dimensão regional, levando à sua institucionalização para além da esfera municipal.

Cestaro e Cordovil (2020, p. 17) apontam que o “Plano de Desenvolvimento do Paraná” divide o estado hierarquicamente em sete regiões e dezesseis sub-regiões. As regiões resultavam da junção de cidades que influenciavam demais áreas, em torno de um polo de desenvolvimento. Constituía, assim, áreas de planejamento, não representando apenas unidades territoriais administrativamente, mas, antes de tudo, “unidades sócio econômicas complexas e integradas” (SAGMACS, 1963a, p.33). Enquanto as sub-



**Figura 5:** Regiões e sub-regiões de Planejamento e polos e sub-polos regionais. Fonte: Paraná, 1963, prancha 13 do Plano de Desenvolvimento, apresentada redesenhada em Cestaro e Cordovil (2020, p. 16).

regiões se inseriam nas áreas de planejamento, submetida administrativamente a região, que deveria sediar um escritório estadual de planejamento. Além disso, para Cestaro e Cordovil (2020, p. 21), a elaboração de planos diretores para municípios polos no período e a instituição de órgãos de planejamento na estrutura técnico-administrativa das prefeituras paranaenses, também se devem a influência do plano de 1963.

Conforme o relatório do plano, “as regiões possuem características específicas, mas podem ser agrupadas em razão de haver critérios comuns, como a existência de polarização territorial da sede, a possibilidade de autossuficiência, a população entre 500 mil e 1,5 milhão de habitantes e uma área de abrangência de, no máximo, 30 mil km<sup>2</sup>” (Paraná, 1963). Além disso, previa-se a correspondência do escalão regional à estrutura administrativa, a fim de se facilitar a organização horizontal e vertical da máquina pública estadual. Assim, verifica-se que o plano pretendia ser instrumento de modificação das estruturas.

Como pode ser visto na figura 5, o plano define as seguintes regiões: 1) Curitiba e Paranaguá; 2) Ponta Grossa e Irati; 3) União da Vitória e Pato Branco; 4) Guarapuava e Cascavel; 5) Jacarezinho e Cornélio Procópio; 6) Londrina e Apucarana; e 7) Maringá, Campo Mourão, Cianorte e Paranavaí. As dezesseis sub-regiões foram distribuídas em: Curitiba (28 municípios), Paranaguá (5 municípios), Ponta Grossa (12 municípios), Irati (6 municípios), União da Vitória (7 municípios), Pato Branco (17 municípios), Guarapuava (5 municípios), Cascavel (13 municípios), Jacarezinho (23 municípios), Cornélio Procópio (13 municípios), Londrina (36 municípios), Apucarana (12 municípios),

Maringá (17 municípios), Campo Mourão (14 municípios), Cianorte (15 municípios) e Paranavai (18 municípios).

Em certa medida, entre 1964 e 1970, a política de desenvolvimento e a administração do estado foi orientada pelo “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, que influenciou a gestão de Paulo Pimentel (1966-1971), eleito governador em 1965. Pimentel, ex-secretário de Agricultura de Braga, foi o último governador eleito por voto direto, antes da vigência do Ato Institucional nº 5, emitido pela ditadura militar (1964-1985), que suspendeu as eleições diretas de governadores até 1982, no país.

Embora influenciado pelas diretrizes do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, a frente da administração estadual, Paulo Pimentel transformou a CODEPAR, em 1968, em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), voltado a financiar as obras de infraestrutura e desenvolvimento do estado (empreendidas pelo governo estadual e pelas prefeituras nos municípios). O BADEP também passou a subsidiar ações da iniciativa privada voltadas à industrialização e produção agrícola. Em certa medida, a mudança de caráter da CODEPAR – que já contava com a gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), desde sua criação – para um banco de fomento, esvaziou o órgão da função de planejamento, como havia se destacado na gestão de Ney Braga, quando incorporou funções do PLADEP. Isso porque a alteração das funções do órgão deu ênfase ao financiamento de projetos.

É importante destacar que, com o golpe militar, em 1964, a administração federal passou por reestruturação da máquina pública e os papéis das prefeituras e governos estaduais também sofreram redefinição. A partir da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1966, o planejamento territorial recobrou funções mais diretamente aos municípios, direcionando a atuação do órgão para o planejamento local integrado. Assim, no que tange o planejamento urbano e regional, o governo federal criou o Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN, conforme o Decreto 59917/1966), destinado a prover recursos para o financiamento de planos diretores.

Conforme Mota (2007, p. 10), a partir de 1967 o SERFHAU passou a coordenar a política nacional de planejamento local integrado e a gerenciar os recursos do FIPLAN, ao passo que os governos estaduais tiveram esvaziadas a atribuição de planejamento territorial junto aos municípios. Desta forma, a dimensão da participação da população no processo de desenvolvimento – prevista como um dos oito pontos do programa para superação de problemas e engajamento popular, no plano de 1963 –, perde a eficácia e deixa de ser implementado, visto que, em certa medida, as diretrizes para o planejamento local passam a ser dados pelo órgão federal.

Ainda que se verifique o esvaziamento do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, a partir do endurecimento do governo federal, no início dos anos 1970, a discussão sobre a regionalização e os polos de desenvolvimento permanecem em voga junto ao governo estadual. É neste contexto que o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social é criado (pela Lei 6407 de 7 de junho de 1973), pelo governador Pedro Parigot de Souza (1971-1973).

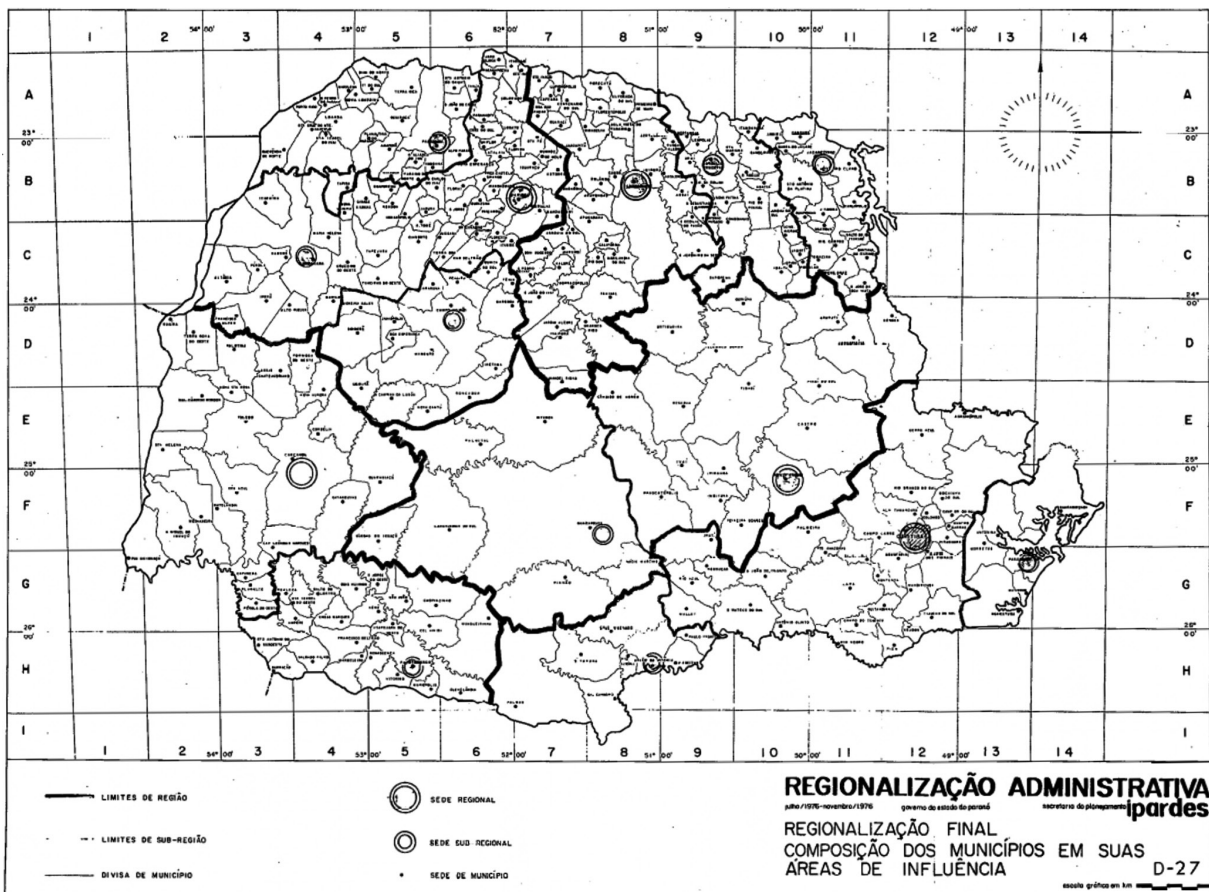
Frente ao contexto político nacional e entendendo que a CODEPAR, nos anos 1960, foi um importante órgão para a institucionalização do planejamento no estado, a

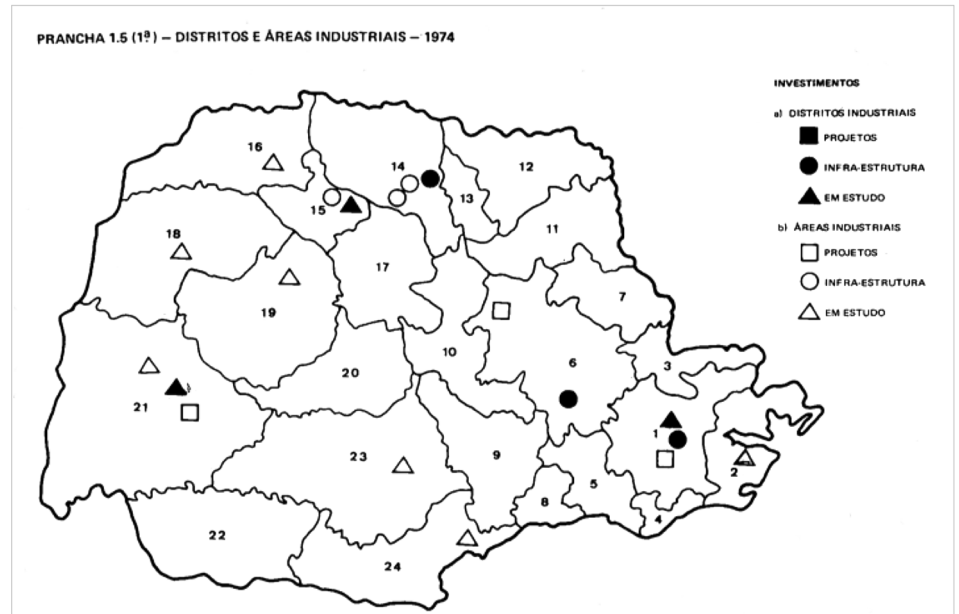
criação do IPARDES pode ser lida como reflexo da conjuntura nacional, a fim de se atender à criação do Sistema Nacional de Planejamento. A criação do órgão ocorreu às vésperas da elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que foi instituído em 1974, cuja matriz de intervenção tinha o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da crise do petróleo.

A definição das funções do IPARDES, disposta no primeiro artigo da Lei 6407/1973, se inspira nas atribuições pensadas para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), criado em 1964 pelo governo militar. Assim, da mesma forma que o IPEA estava subordinado ao Ministério do Planejamento, o IPARDES foi subordinado à Secretaria de Planejamento. Entre as atribuições do órgão se destacam: a realização de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social; a execução de trabalhos de estudos e elaboração de projetos de apoio ao sistema estadual de planejamento; o apoio técnico à formulação de políticas estaduais de desenvolvimento; e o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, para o planejamento e a pesquisa no campo do desenvolvimento econômico e social.

**Figura 6:** Proposta de Regionalização Administrativa proposta pelo IPARDES em 1976. Fonte: IPARDES. Projeto de Regionalização Administrativa. Vol. I. Paraná, 1976.

No âmbito das realizações do IPARDES, em seus anos iniciais, verifica-se a atualização da divisão regional administrativa do Paraná, apresentada em 1976 (conforme figura 6). A proposta é voltada à descentralização administrativa do estado, resgatando as tentativas





**Figura 7:** Proposta de investimentos para áreas industriais. Fonte: IPARDES, 1975, prancha 1-5, pág. 17.

anteriores de “divisão administrativa do território paranaense [...] que possibilitaram um maior entendimento da problemática regional” (IPARDES, 1976, p. 13). A proposta objetiva cinco núcleos regionais: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel. Visava-se assim, aproximar o governo das municipalidades, desenvolvendo uma ação executiva “coerente e complementar com as demais secretarias”, para “adotar diferentes estratégias de ação face aos desequilíbrios regionais”, a fim de “selecionar critérios locais para os investimentos públicos” (IPARDES, 1976, p. 12).

É importante expor que os critérios para regionalização foram consolidados a partir dos apontamentos apresentados por nove secretarias estaduais (IPARDES, 1976, p. 46): Finanças, Recursos Humanos, Educação e Cultura, Saúde e Bem Estar Social, Agricultura, Interior, Indústria e Comércio, Transporte e de Segurança Pública (com apontamentos em separado da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros). Percebe-se assim demandas diferentes entre os órgãos, a ponto da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social defender a necessidade de “19 distritos sanitários e 1 distrito metropolitano” e a Secretaria de Segurança Pública pleitear a criação de “31 circunscrições regionais”.

Além da regionalização administrativa, voltada à descentralização da estrutura governamental do estado, o IPARDES também desenvolveu estudo para a implantação de distritos industriais em diferentes regiões do Paraná (conforme figura 7). O estudo das “Áreas Industriais no Paraná: situação atual e algumas orientações a municípios” (1975), avalizou uma política de investimentos do governo estadual voltada a incentivar a industrialização em regiões do interior e a fortalecer a agroindústria no estado. Para tanto, desenvolveu projetos para infraestrutura, buscando combater as disparidades regionais.

## Considerações finais

Este artigo apresentou, em perspectiva histórica, o panorama do quadro da institucionalização do planejamento no estado do Paraná, destacando os desdobramentos que estas ações tiveram sobre o território do estado. Para tanto, ao invés de discutir diretamente as ações empreendidas durante a década de 1970, período em que as instituições, planos e políticas – tanto em âmbito federal, quanto estadual – tiveram significativa contribuição para a estruturação da rede urbana e regional no país, o trabalho retroagiu a antecedentes que, no Paraná, marcaram e contribuíram para a institucionalização de um processo de planejamento no estado.

Desta forma, os desdobramentos percebidos durante a formalização do IPARDES, em 1973, consistem em processos de permanência que remetem a influências discutidas na máquina administrativa do estado, desde a criação do PLADEP, em 1955. Além do PLADEP, a criação da CODEPAR e a elaboração do “Plano de Desenvolvimento do Paraná”, em 1963, podem ser lidas como parte importante na institucionalização do planejamento no Paraná. Assim, a partir desta chave de leitura, entende-se que a criação do IPARDES, na década de 1970, não se trata do resultado de uma ruptura.

Neste sentido, é preciso ressaltar as mudanças conjunturais da política e da economia, e eventuais rupturas no processo de gestão do país, sobretudo, a partir de 1964, em decorrência do golpe militar, que culminou com um realinhamento dos apoios políticos e a alteração das atribuições governamentais e influenciou alterações na estrutura administrativa de prefeituras e governos estaduais, ao passo em que a discussão sobre a política urbana foi centralizada junto ao SERFHAU. Embora estas alterações conjunturais tenham refletido sobre o Paraná, que intensificou o incentivo à agroindústria nos anos 1970, o trabalho demonstra que a discussão sobre o planejamento territorial se consolida junto à máquina pública anteriormente à criação do IPARDES.

Se por um lado o IPARDES pode ser lido como uma ressonância da conjuntura nacional, que disseminava através do Ministério do Planejamento e da SERFHAU a importância de se pensar o planejamento urbano e regional a partir de um discurso tecnocrático e distanciado das reivindicações populares, por outro, é perceptível o alinhamento com as ações planejadoras já empreendidas pelo governo estadual em momentos e gestões anteriores.

Desta forma, num quadro comparativo, se percebe avanços na institucionalização do sistema paranaense de planejamento, quando se verifica, conforme apontado neste trabalho, as primeiras ações na virada da década de 1940 para 1950, para os anos de 1960, com a implementação da CODEPAR e posteriormente do BADEP. A partir destas iniciativas, o governo estadual cria meios junto a máquina pública para garantir espaço para o planejamento no Paraná, e desde a incipiente tentativa de organizar o orçamento público com as demandas no território – pensadas pelo PLADEP –, abre espaço para a discussão sobre o planejamento territorial no estado. Ainda frente a estas iniciativas, é importante lembrar que a criação do PLADEP e sua estruturação junto à máquina administrativa do governo estadual não se deram sem oposição de alguns setores da política paraense, que questionavam a eficácia do planejamento à época.

Assim, verifica-se que o processo de institucionalização do planejamento territorial no estado do Paraná ocorreu anteriormente à criação do IPARDES, e se vincula, desde os anos 1950, à ideia de planejamento como sinônimo de desenvolvimento e de modernização. Mesmo assim, é perceptível que as iniciativas dos governos paranaenses anteriores aos anos 1970, tiveram significativa contribuição na estruturação da rede urbana e regional do Paraná, anterior à instituição da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR) – criada em 1971. Além disso, estas iniciativas, ainda que incipientes e até simplórias – quando considerado o debate sobre o planejamento urbano e regional na década de 1970 – também contribuíram para a institucionalização de um sistema de planejamento no estado do Paraná.

## Referências bibliográficas

- AUGUSTO, Maria Helena. *O Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo, SP: Símbolo, 1978.
- BELOTO, Gislene E. *Da região à metrópole: o território desenhado pelos modelos conceituais*. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- BRASIL. Lei Federal nº 2018, de 23 de novembro de 1952. *Cria a Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai (CIBPU)*. Presidência da República. Rio de Janeiro, 1952.
- CESTARO, Lucas Ricardo. O centenário paranaense e a indução do processo de metropolização em Curitiba. *Revista Acervo*, vol. 36, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://revista-acervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1871>>.
- CESTARO, Lucas Ricardo; CORDOVIL, Fabíola Cordovil de Souza. O planejamento territorial no Paraná baseado na atuação do Movimento Economia e Humanismo no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 22, p. 1-24, dez., 2020. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6481>>.
- CORDOVIL, Fabíola Cordovil de Souza. As filiações teóricas dos escalões territoriais de análise do Plano de Desenvolvimento do Paraná elaborado pela SAGMACS. In: *Anais do III Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil*, 2017. Recife, PE, 2017. Disponível em: <[https://www.lup-ufpe.net.br/3suub/anais/3SUUB\\_anais.pdf](https://www.lup-ufpe.net.br/3suub/anais/3SUUB_anais.pdf)>.
- DOUSTDAR, Neda Mohtadi. *O paranismo atualizado: a Democracia Cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- ECONOMIA ET HUMANISME. *Raport sur l'activité du Centre d'analyse économique et sociologique (1953-1954)*. Rhône, 1955 (Documento não publicado, consultado no Fonds Lebre, Pasta AN45 AS182).
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª. Ed. São Paulo, SP: EdUSP, 2004.
- FELDMAN, Sarah. 1950: a década da crença no planejamento regional no Brasil. In: *Anais do XIII Encontro Nacional Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <<https://anpur.org.br/anais-do-xiii-ena/>>.
- GARDENAL, Leonardo A. *Café e indústria no norte do Paraná (1940-1970)*. Dissertação de Mestrado em História Econômica, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.
- GOMES, Carlos Alberto Ferreira. *Planejamento e industrialização em regiões periféricas: as ideias da CEPAL no Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.
- IPARDES. *Projeto de Regionalização Administrativa*. Vol. I. Paraná: Governo do Estado do Paraná/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 1976.

- IPARDES. *Áreas Industriais no Paraná: situação atual e algumas orientações a municípios*. Governo do Estado do Paraná/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, 1975.
- IZEPÃO, Rosalina L. *O planejamento governamental no Paraná: economia, Estado e política econômica*. Maringá: Eduem, 2013.
- MARCELINO, Marcelo Gonçalves. As raízes do desenvolvimentismo estatal e do projeto paranaense de desenvolvimento. *Revista NEP* (Núcleo de Estudos Paranaenses), vol. 1, núm. 1, p. 107-128, nov., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/nep.v1i1.43266>
- MANSUR, Denise C. *O planejamento e a regionalização da administração direta do estado do Paraná como aporte às ações e à política de desenvolvimento econômico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- MOTA, Juliana Costa. Uma análise da criação e atuação da SERFHAU. *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, PA, 2007. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1237/1220>.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de Uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, SP: HUCITEC, 1981.
- PARANÁ. *Organização do Poder Executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná*. Lei 6.636 de 29 de novembro de 1974, Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento do Paraná*. Documento preliminar elaborado pela SAG-MACS para o governo do Estado do Paraná. Curitiba, PR: CODEPAR e PLADep, 1963.
- \_\_\_\_\_. Lei 2431 de 3 de setembro de 1955. *Autoriza o Poder Executivo a realizar os estudos necessários à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, e dá outras providências*. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, PR, 1955.
- \_\_\_\_\_. *1º Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Edição do Governo do Estado. Paraná: Governo do Estado do Paraná, Livraria do Globo S.A., 1953.
- \_\_\_\_\_. Plano Rodoviário do Estado do Paraná. *Revista do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná*, jan. a mar., Curitiba, PR, 1951.
- \_\_\_\_\_. *A concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion 1947-1950*. Relatório da gestão. Paraná, 1951.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 113 de 15 de outubro de 1948. Cria o Departamento de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências. Publicado no *Diário Oficial n. 194 de 19 de outubro de 1948*. Curitiba, PR, 1948.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 64 de 21 de fevereiro de 1948. Dispõe da Lei Orgânica dos Municípios. Publicado no *Diário Oficial n. 297 de 24 de fevereiro de 1948*. Curitiba, PR, 1948.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 43 de 23 de janeiro de 1948. Cria o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Publicado no *Diário Oficial n. 272 de 26 de janeiro de 1948*. Curitiba, PR, 1948.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 4 de 25 de outubro de 1947. Cria o Departamento Administrativo do Oeste do Paraná. Publicado no *Diário Oficial n. 202 de 29 de outubro de 1947*. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, PR, 1947.
- QUINTO JR., Luiz Pinedo. A contribuição da cultura técnica do planejamento urbano no Brasil numa perspectiva comparada com a gênese da gestão urbana na Europa. In: PEREIRA, Elson Manoel (org.). *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó, SC: Argos, pp. 43-72.
- TAVARES, Jeferson Cristiano. *Planejamento Regional no Estado de São Paulo*. Polos, eixos e a região dos vetores produtivos. São Paulo, SP: Annablume, 2018.

Recebido [Nov. 29, 2023]

Aprovado [Ago. 06, 2024]